



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO MEIO RURAL: desafios para a intervenção profissional

Patrícia Krieger Grossi*
Ana Rita Costa Coutinho*
Thais de Oliveira Barros*
Marister da Cunha*
Gisele Zagonel Picolli*
Geovana Prante Gasparotto*
Joana das Flores Duarte*

Resumo: Este artigo tem por objetivo identificar as múltiplas expressões de violência contra a mulher na zona rural e verificar de que forma a rede de atendimento à mulher está estruturada para este enfrentamento, a partir da perspectiva dos gestores(as), profissionais da rede de atendimento e mulheres rurais em situação de violência. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais, gestores e grupos focais com as mulheres sobre os limites, as possibilidades da rede de atendimento e os desafios profissionais encontrados frente às demandas do meio rural. Os dados foram analisados com base em Bardin (1977). Os resultados apontam para lacunas na articulação da rede de atendimento à mulher no meio rural, a falta de capacitação profissional e o não acesso às informações, o que dificulta a busca pela garantia dos direitos por parte das mulheres. Além disso, a cultura patriarcal e sexista contribui para a permanência das mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Violência contra a mulher rural. Rede de atendimento à mulher. Intervenção profissional.

1. Introdução

Este artigo tem o intuito de verificar como a rede de atendimento à mulher está estruturada na zona rural, a partir da perspectiva dos gestores(as), profissionais da rede de atendimento e mulheres em situação de violência que residem no meio rural. Uma em cada três mulheres no mundo sofrerá algum tipo de violência física ou sexual durante a vida, de acordo com o relatório da OMS – Organização Mundial da Saúde (WHO, 2013).

Para entender esse dado devem-se considerar diversos aspectos, entre eles o histórico. Culturalmente, é admitida a visão de que o homem é hierarquicamente superior à mulher; diferenciam-se relacionamentos por gêneros, caracterizando-os pela opressão e abuso da mulher pelo homem (STREY, 2004). Thompson (2009) também relaciona a cultura de violência com o sistema patriarcal, e assim sendo, a ideologia perpetua e sustenta as relações de dominação.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Em muitas sociedades, a questão de gênero se mostra de modo assimétrico, partindo deste ponto, de supremacia masculina, os homens ocupam postos de maior poder e prestígio, enquanto que as mulheres subordinam-se a eles. Assim sendo, a violência faz parte do controle social e estabelece na sociedade a inserção na cotidianidade. Considerando esses e outros dados, o governo federal brasileiro investe em políticas voltadas especificamente para a saúde da mulher.

No Brasil, a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, foi considerada um avanço quanto ao direito das mulheres. A lei entende como violência qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Ela pressupõe a implementação de uma rede serviços especializados, dentro do que está previsto na própria Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Nesses serviços a vítima é ouvida longe do agressor e tem a possibilidade de pedir afastamento do mesmo (BRASIL, 2006). No papel, essa lei produziu muitos avanços, no entanto, na prática, ainda encontram-se obstáculos, entre eles a falta de capacitação profissional e a ausência de uma rede articulada (BERNZ et al, 2012).

Dar credibilidade à mulher, tendo consciência de que a violência doméstica deve ter um atendimento diferenciado, com uma escuta acolhedora, é fundamental dentro da intervenção profissional. A mulher em situação de violência geralmente se sente só e impotente, cabendo aos profissionais a não reprodução desta impotência nos atendimentos, pois isso poderá contribuir para a revitimização da mulher. Nessa interação, cabe aos profissionais desvendar as múltiplas expressões de violência de gênero enraizadas na cultura patriarcal e machista.

As políticas de atenção à mulher foram criadas a partir do reconhecimento da vulnerabilidade desta população por questões históricas e sociais. Ainda existe uma parcela de mulheres que sofre violência que pouco aparece nos serviços especializados, trata-se de mulheres que moram na zona rural. Levando em conta esse dado, o governo federal aprovou as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, o que demonstra que reconhece a vulnerabilidade desta população. Essas mulheres, tanto por questões culturais quanto geográficas, não acessam com tanta frequência os serviços de atendimento à mulher (LEAL et al, 2009). O presente artigo,



portanto, busca refletir sobre os desafios da rede de atendimento no enfrentamento à violência contra a mulher rural no estado do Rio Grande do Sul.

2. A Rede de Atendimento e a Rede de Enfrentamento à Violência no Meio Rural

Os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência são importantes para o fortalecimento das mulheres rurais e para a disseminação de uma nova cultura pautada pela equidade de gênero. Um dos primeiros passos para sair da situação de violência se dá com a consciência em querer romper com o silêncio por anos guardado para si. Não raro, as mulheres tendem a percorrer vários caminhos conflituosos, o que não significa necessariamente que irão romper com a violência, seja num primeiro atendimento, ou numa primeira queixa na delegacia. As pesquisas têm evidenciado que as trajetórias percorridas pelas mulheres até o rompimento efetivo com a violência são muitas, e as mulheres que residem nas zonas rurais possuem mais vulnerabilidades decorrentes da dificuldade de acesso aos serviços e/ou inexistência de uma rede especializada no atendimento, entre outros aspectos que serão evidenciados neste artigo.

De acordo com a Secretaria de Políticas para Mulheres do governo federal, a constituição e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência devem ser compreendidos no âmbito do I e II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM) e, em especial, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabelecem os conceitos, as diretrizes e as ações de prevenção e combate à violência.

A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres está articulada entre os serviços governamentais, não governamentais, comunidade e ONGs e ela é muito mais ampla do que a rede de atendimento, pois engloba vários setores da sociedade civil, supõe o desenvolvimento de estratégias de prevenção e de políticas na garantia de empoderamento na e construção da autonomia das mulheres (BRASIL, 2010).

Quanto à rede de atendimento, esta preconiza um conjunto de ações e serviços de diferentes setores/ áreas (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), nas quais devem primar pela qualidade e integralidade do atendimento, à identificação e aos encaminhamentos adequados das mulheres em situação de violência. As mulheres percorrem uma rota na busca do enfrentamento da violência.



Essa rota possui diversas portas-de-entrada (serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços da assistência social), que devem trabalhar de forma articulada no sentido de prestar uma assistência qualificada e não-revitimizante à mulher em situação de violência (BRASIL, 2007, p. 14).

Nos municípios estudados nesta amostra, predomina o atendimento nos CRAS devido à inexistência da rede especializada de atendimento à mulher.

3. Metodologia

O estudo é descritivo analítico, com base no método dialético-crítico. A coleta de dados envolveu visita *in loco* às instituições da rede de atendimento à mulher nos municípios. Foram agendadas as visitas e realizadas as entrevistas semiestruturadas com profissionais da rede de atendimento à mulher e grupos focais com as mulheres, nos municípios de Cachoeira do Sul, Santana do Livramento, Barracão, São Sebastião do Cai, Selbach, Santa Rosa, Bajé e Rio Pardo.

Os profissionais estavam vinculados à rede especializada e não especializada de atendimento à violência contra a mulher no Rio Grande do Sul, incluindo: Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS); Casas-Abrigo; Coordenadorias da Mulher e Centro de Referência à Mulher. Na ocasião, foram abordadas questões como a procura de mulheres rurais pelo serviço, suas principais demandas, os principais desafios no atendimento a esta população e a rede acessada por estas usuárias. Para tanto, todos os procedimentos éticos foram tomados.

Os grupos focais tiveram como finalidade obter dados a partir de reuniões com um grupo de mulheres em situação de violência que representam o objeto de estudo, buscando enfatizar a compreensão do fenômeno estudado do ponto de vista do grupo, consistindo na interação entre os participantes e as pesquisadoras e objetivando colher dados a partir da discussão focada em tópicos diretivos e focais, por isso chamada de grupo focal. (BAUER; GASKELL, 2003). Compreende um processo de constituição das percepções, atitudes e representação social de um grupo de pessoas, em um ambiente onde há uma troca de experiências, para estabelecer uma interação entre os participantes.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

No grupo focal, o entrevistador, muitas vezes chamado de moderador, é o catalisador da interação social (comunicação) entre os participantes. O objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem. É uma interação social mais autêntica do que a entrevista em profundidade [...] os sentidos ou representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação do grupo em vez de se fundamentarem na perspectiva individual [...]. (BAUER; GASKELL, 2003, p.75).

Frente à riqueza das informações e para buscar articulação entre os fatos e as falas, fez-se uso da proposta metodológica da análise de conteúdo que é definida por Bardin como:

Um conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

A análise de conteúdo é um método de análise definido por Bardin (1977) como uma proposta que tem um procedimento que pode privilegiar o processo de análise, passando da mera descrição para a interpretação de conteúdo. Fazem parte deste processo várias etapas que constituíram o “*corpus*”¹, entre as quais estão presente: a exaustividade, a representatividade, a homogeneidade e a pertinência. A fase da interpretação inferencial, uma das mais importantes do processo, é constituída pela análise, explicação dos conteúdos realizados a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o objeto de estudo.

O projeto foi aprovado pela comissão Científica da Unidade acadêmica e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição. O compromisso ético da pesquisa é o retorno dos dados obtidos à comunidade científica e à comunidade em geral.

4. Resultados

Quanto às entrevistas, foram separados trechos de acordo com temáticas relevantes para o presente estudo. Ao longo das entrevistas, as profissionais demonstraram entendimento do fenômeno da violência contra a mulher rural como algo cultural e difícil

¹ Corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

de intervir. Este tipo de compreensão aumenta a tolerância à frustração dos trabalhadores(as), uma vez que é comum as vítimas voltarem para o convívio de seus agressores. A questão cultural está presente nas narrativas das profissionais entrevistadas a seguir:

Muitos casos, a gente não consegue intervir, porque a questão é muito cultural, infelizmente né, e a gente sabe que tudo que lida com a cultura (...) então, tem um ritmo mais lento do que a gente gostaria. (ASSISTENTE SOCIAL CRAS)

A violência contra a mulher rural não difere da violência contra as mulheres urbanas. Ela é uma questão cultural. Infelizmente ainda temos machismo na nossa sociedade. Ainda temos patriarcado na nossa sociedade. A gente tem lutado muito contra isso, mas continua (...) a mulher vítima de violência é a mulher que vive na zona rural e que tem aquela dificuldade de acesso, ela tem uma dificuldade muito maior de procurar ajuda. [...]. (COORDENADORA DAS POLÍTICAS PARA MULHERES)

Sobre a rede de acesso, infelizmente é uma questão cultural ainda. A gente vem trabalhando com a Maria da Penha para desmistificar isso, pra gente romper com este círculo, mas ainda a gente vê essa dificuldade. Então a gente recebe muitas denúncias anônimas. [...] (GESTORA)

Aliada à questão cultural, estão os desafios do acesso aos serviços, à informação, o que contribui para a vulnerabilidade das mulheres que residem em zonas isoladas. Para Sagot (2007, p.31), em algumas comunidades, sobretudo as rurais, “por razões de isolamento e cultura, os agressores têm mais facilidade para privar as mulheres da liberdade ou separá-las do grupo familiar ou social, no qual poderiam encontrar algum tipo de apoio”.

Em relação à capacitação profissional para atendimento às situações de violência contra a mulher, a maioria dos profissionais dos diversos municípios não recebeu capacitação no serviço, buscando de forma individual esta formação.

A gente nunca recebeu qualificação, nem da rede de coordenadoria de saúde, nada. Nem os profissionais tem qualificação(...). A gente nunca teve um preparo. O que eu sei de violência é o que eu estudei, porque eu fiz algum curso. (ASSISTENTE SOCIAL CRAS)

Eu acho que um grande desafio é de financiamento. O segundo desafio que eu observo é o preparo dos profissionais(...). O outro desafio, a própria constituição da rede. Ter essa rede fortalecida. (...). (ASSISTENTE SOCIAL CRAS)



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A violência institucional se revela na aplicação ou omissão na gestão e execução de políticas públicas, nas instituições onde são reproduzidas as relações de poder, autoridade e domínio. Esta violência é reproduzida nas instituições pública e privada, sendo uma agressão política em nível macro (MINAYO, 2004). Materializa-se no cotidiano dos profissionais da rede de atendimento que não recebem a formação necessária, conforme consta no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, além de não disporem de veículos para realizar a busca ativa dessas mulheres e a falta de financiamento das políticas públicas. Além desses fatores, entre os desafios apontados pelas gestoras e profissionais da rede é a vergonha em denunciar a violência, conforme as narrativas a seguir:

Todos nós somos muito visados. (...)“Meu Deus, ela é professora, ela denunciou o marido dela”? Ela tá quebrada, tá acabada. Socialmente ela tá acabada. Esse é um dos maiores problemas que se tem nas cidades pequenas. Quem notifica mesmo? Sabe quem notifica? É o nosso bairro pobre. (PROFISSIONAL DA REDE)

Geralmente elas não se queixam da violência (...) aguentam os maridos. (LÍDER SINDICATO RURAL)

Elas são muito mais fechadas. [...] Mas no meio rural é muito difícil vir alguém por livre e espontânea vontade. (ENFERMEIRA)

Ela só faz esse deslocamento na medida em que ela tem algum familiar ou alguém que possa estar acompanhando, isso é um fato, ela precisa deste apoio para estar lá (Delegacia) (LÍDER MOVIMENTO MULHERES RURAIS).

As narrativas dos sujeitos da pesquisa demonstram a importância da rede informal na denúncia das violências sofridas pelas mulheres rurais. Conforme Faleiros (2001), a rede é uma articulação de atores em torno de sua construção, é processual e dinâmica, envolvendo não apenas os profissionais, mas a família, amigos, vizinhos, comunidade, ou seja, ela é um construto social, a partir das relações estabelecidas pelos sujeitos envolvidos. Essas relações são particularmente importantes na zona rural, pois não raro são os vizinhos e/ou familiares ou amigos(as) que realizam a denúncia, conforme demonstram as narrativas. Outro elemento presente em uma das narrativas é a dificuldade de a mulher reconhecer a violência que sofre, pois muitas vezes esta é naturalizada. O fato de as denúncias serem feitas em geral por outras pessoas reflete a questão da manutenção da família por parte da mulher e a resistência em romper com a relação.

As relações entre homens e mulheres no campo são permeadas por desigualdades de gênero que, segundo Saffioti (2004, p.45), diz respeito a uma categoria histórica, ou



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

seja, é produto da construção social do masculino e do feminino, assentada em um modelo patriarcal. Quanto ao patriarcado pode-se dizer que ele é a construção de relações desiguais de poder entre homens e mulheres, que atinge não somente a esfera privada, mas também a pública. Sua estrutura e modelo contaminam toda a sociedade (SILVEIRA, 2006). O “não se queixar” da violência reflete um conformismo como se sofrer fosse destino de mulher.

O estudo de Costa (2012), em municípios rurais do RS, também identificou que a violência contra a mulher no cenário rural é considerada como “destino de gênero” pelos profissionais. Na fala dos profissionais e gestores da saúde, essa mulher é vista sob a ótica da “subordinação” e da “obediência”, da responsabilidade exclusiva pela reprodução biológica, afazeres domésticos e da lavoura, com pouca ou nenhuma legitimidade para desconformidades. As falas de duas mulheres que participaram de um dos grupos focais também demonstram a realidade de opressão vivenciada pelas mesmas, e as dificuldades para romperem com a situação de violência:

Há violência também quando a gente se torna uma prisioneira dentro de casa, no meu caso eu não tinha contato com ninguém mais, não tinha direito nem de ir à casa dos meus irmãos.

Ele me ameaçava, nós tomávamos café da manhã, ele sentava assim, eu aqui, e ele botava a arma aqui ó. Aí ele dizia: essa arma aqui ó tá carregada e eu vou descarregar em ti. Eu, como sempre fui uma pessoa muito religiosa, eu pedia proteção pra Deus.

Eu tinha vergonha de me separar, vergonha e medo, do meu pai e da minha mãe, meu pai e minha mãe eram um exemplo de família.

Eu sempre achava que amanhã estaria melhor (...) só que esse amanhã nunca chega.

Para Daron (2012), o enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta é uma reivindicação dos movimentos e organizações das mulheres, e vem fazendo parte da agenda política da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, por meio de estudos, da criação do Disque 180, do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, da campanha “Mulheres donas de suas vidas”, do Pacto de Enfrentamento à Violência e dos instrumentos para a implementação da Lei Maria da Penha. Entretanto, muito há de ser feito para que as mulheres do campo e da floresta tenham a plenitude dos seus direitos assegurados.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

O Rio Grande do Sul foi o último Estado do Brasil a assinar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2011. Este Pacto destina recursos para o investimento em ações de enfrentamento à violência, a serem executadas por diversos ministérios e secretarias especiais, sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Alguns municípios estão adquirindo veículos de tração nas quatro rodas para poder levar informação e atendimento às mulheres que residem em localidades de difícil acesso.

Outra política implantada em 2013 no RS, dentro do “Programa Mulher, Viver sem Violência”, foram as unidades móveis de atendimento, mais popularmente conhecidas como Ônibus Lilás. Conforme a SPM-RS foi lançado no dia 11/08/2013 no 2º Fórum Social e Feira Mundial de Economia Solidária, em Santa Maria, o projeto para **Unidades Móveis**, com o objetivo de implantar um modelo de atendimento multidisciplinar, composto por profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Direito e Segurança Pública, permitindo a interação dos serviços, a orientação adequada e humanizada, e o acesso das mulheres que vivem no campo aos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência.

Segundo a coordenadora das políticas para mulheres rurais da SPM-RS, os ônibus já estiveram em 50 municípios, atingindo em torno de 1.000 mulheres. Porém, ainda encontram-se vários desafios para a intervenção profissional. As narrativas dos profissionais a seguir, que receberam os Ônibus Lilás em seus municípios, revelam as dificuldades encontradas para acessar esse serviço.

Nós tivemos até o ônibus lilás, não aqui em Livramento, ele veio a Livramento, mas nós tivemos um encontro com as mulheres rurais em Dom Pedrito e se eu lhe disser que ninguém quis entrar no ônibus, nenhuma quis ter atendimento dentro do ônibus. (COORD. POLÍTICA MULHER, MUNICÍPIO 4)

Não deu para ir ao interior por causa das estradas, muita chuva, muito temporal. O ônibus chegou, mas infelizmente não deu; aí, o prefeito colocou o ônibus em uma escola pública municipal, mas pequenos produtores e agricultores familiares, pecuaristas e os assalariados não tiveram acesso ao ônibus por causa do temporal. (PROFISSIONAL, MUNICÍPIO 5)

Não quiseram ir conversar com as senhoras que estavam no ônibus, que vieram de Porto Alegre, nem dar entrevista, ficaram com medo, não sei o que se passou. (COORD. POLÍTICA MULHER, MUNICÍPIO 5)



O enfrentamento à violência é um processo lento e gradual, que exige uma relação de confiança entre o profissional e a usuária do serviço. As mulheres não costumam revelar a violência logo no primeiro atendimento, trazendo outras demandas. Cabe ao profissional, através de uma escuta qualificada e acolhida, construir as mediações necessárias para o enfrentamento das questões trazidas pela usuária naquele momento e explorar a gênese das situações ali reveladas. O medo de ser estigmatizada pela comunidade e a vergonha em expor a situação que vivencia também são alguns dos fatores que dificultam a procura pelo atendimento.

5. Conclusões

Os desafios para a intervenção profissional com mulheres em situação de violência que residem na zona rural são vários. Souza e Grossi (2014) já pontuavam que no meio rural há vários fatores que influenciam o acesso de mulheres e homens às políticas públicas, como: a distância das residências entre o centro da cidade, onde se concentram os espaços que viabilizam as políticas, a falta de informação e também o deslocamento, pois falta transporte adequado. Para as mulheres, além desses fatores há uma cultura patriarcal, machista e conservadora na qual são vistas como seres inferiores, que devem permanecer em casa, realizando o trabalho produtivo e reprodutivo, o primeiro visto como “ajuda” e o segundo como destino natural das mulheres. Além disso, seu dever é estar com o marido e cuidando da casa, dos filhos e dos idosos. As mulheres rurais acabam permanecendo no mundo privado, não podendo expressar suas necessidades, nem discutir, tão pouco definir o que realmente elas precisam para ter uma vida digna.

Lorenzoni (2007) coloca em pauta a estrutura do modelo atual de sociedade em que se vive, a qual estaria relacionada à exploração e à agressão para com a mulher, particularmente no campo. Apesar da grande divulgação e da realização de algumas políticas públicas para coibir diferentes tipos de violência, sabe-se que as mulheres residentes em áreas rurais (camponesas) ainda fazem parte de um grupo de vítimas que não chegam sequer às estatísticas. Isso pode ser devido ao fato de que a mulher do campo está inserida num contexto de anonimato e invisibilidade, sem informação e acesso às redes de apoio. Nesse sentido, sua peculiaridade de vida, cultura do campo e de classe trabalhadora



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

nesse contexto rural, com suas necessidades no cotidiano e seus problemas muito raramente citados. Quando aparecem na mídia, é por consequência de suas próprias organizações e de suas lutas, que acabam chamando a atenção pública como a Marcha das Margaridas, que reivindicou a unidade móvel de atendimento para as mulheres vítimas que residem no campo e florestas. O Rio Grande do Sul possui duas unidades móveis destinadas ao atendimento das mulheres vítimas de violência nas zonas rurais. Urge a necessidade de romper o silêncio das mulheres para se libertarem das amarras da opressão e enfrentar a cultura patriarcal opressora, entrelaçada com o capitalismo e a violência que se reflete na exploração do trabalho da mulher do campo, na divisão sexual do trabalho e na discriminação em todas as esferas públicas e privadas.

Referências

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições Lisboa, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com imagem, texto e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BERNZ, I.M.; COELHO, E.B.S.; LINDNER, S.R. Desafio da Violência Doméstica para os profissionais de saúde: revisão da literatura. **Saúde & Transformação Social**, UFSC: Florianópolis v.3, n.3, p.105-111, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República: Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres**. 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/pactonacional/view>. Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. 2007. Disponível em: http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_03.pdf. Acesso em: 15 set. 2014.

COSTA, M. C. da. **Violência contra mulheres rurais, práticas profissionais de saúde e agendas públicas municipais: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio**. Tese de Doutorado. Programa de Pós graduação em Enfermagem da UFRGS, Porto Alegre, RS, maio 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

LEAL, S. M. C et al. Mulheres e violência em áreas rurais no Rio Grande do Sul. In: MENEGHEL, S.N. **Rotas críticas II: ferramentas para trabalhar com violência de gênero**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 64-82.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

LORENZONI, C. **Violência nas relações de gênero e classe**: uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande Do Sul. Libertas, Juiz de Fora, Edição Especial, p.82-98, fev. 2007.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAGOT, Montserrat. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGHEL, Stella Nazareth (Org.). **Rotas críticas**: mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, p.23-50, 2007.

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência: vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher – alcances e limites. **Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde**, São Paulo, 2006-11-07. Disponível em: <<http://www.mulheres.org.br/site/wp-content/uploads/2012/05/25anos-completo.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

SOUZA, Evelize; GROSSI, Patricia Krieger. Políticas públicas para as mulheres rurais: avanços, desafios e perspectivas para a garantia dos direitos. In: GROSSI, Patricia Krieger; ROZEK, Marlene (Org.) **Políticas públicas na perspectiva de gênero e promoção da igualdade racial**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.179-191, 2014.

STREY, Marlene Neves. Violência de gênero: uma questão complexa e interminável. In: STREY, Marlene Neves; AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer; JAEGER, Fernanda P. (Orgs). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 13-43, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. Petrópolis: Vozes, 2009. 427 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global and regional estimates of violence against women**: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Switzerland: 2013. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625_eng.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2013